

O PAPEL DA IMPRENSA NA LUTA POR UMA REPÚBLICA NO BRASIL

Luís Carlos Alencar Fonteles

INTRODUÇÃO

Falar da imprensa brasileira do século XIX é falar de empreitadas constantes pela implantação de uma forma de regime mais democrática. É falar também da defesa de causas pelas quais muitos tombaram, como a Independência, a Abolição da Escravatura e a República.

Detendo-nos mais demoradamente no processo republicano no país, procuraremos mostrar de que forma a imprensa atuou pela sua concretização e consolidação. Faremos uma análise dos fatos que precederam a república e de que maneira influenciaram na tomada de posição para uma marcha rumo ao republicanismo, onde muitos pereceram. Patriotas que eram, preocupavam-se com a exploração monopolista portuguesa no Brasil-Colônia ou com o despotismo imperial no primeiro reinado, ou ainda com a servidão negra. A título de ilustração, traçaremos um perfil de República, o qual, ao nosso ver, condiz com os princípios democráticos. Isso para se levar o leitor à meditação sobre o verdadeiro papel republicano, tentando analisar criticamente os resultados obtidos após a sua implantação (da República) e ver se algo mudou na estrutura de governo. Por fim, estudaremos o desempenho da imprensa pós-republicana e qual a sua linha de atuação diante dos problemas sociais mais gritantes.

Em suma, este trabalho se propõe a enaltecer, criticar e avaliar atitudes dos nossos órgãos de imprensa frente à causa da República. Enaltecer, pois muitos foram os jornais que tiveram destacada participação em favor desta forma de governo, defendendo ardorosamente os seus ideais. Criticar também, visto que grande parte da imprensa se encontrava comprometida com a monarquia e, tendenciosa, procurava justificar certos atos despóticos da Coroa

e, posteriormente, do Imperador. E, por último, avaliar o desempenho dos jornais da época, visando a uma compreensão maior dos fatores que os motivaram a estar sempre à frente de movimentos por uma sociedade mais justa.

Este ensaio não tem muitas pretensões. Quer ele apenas dar uma contribuição ao estudo da História da Imprensa, analisando o seu papel na luta pelas grandes causas sociais, principalmente, a republicana.

1 — O QUE É REPÚBLICA?

A palavra república é originada do latim (*re(s)*=coisa e *publi*=popular, pública), portanto, etimologicamente, significa a coisa pública. Daí evoluiu para outras significações, contudo não perdendo completamente o seu sentido original.

Sua significação maior, todavia, é aquela relacionada com a forma de governo, onde o povo escolhe pelo voto direto os seus representantes, os quais exercem o poder por um tempo determinado. Isto vem em oposição ao regime monárquico, no qual o poder é exercido por membros de uma mesma linha sucessória, ou seja, de forma vitalícia e hereditária. Este tipo de regime não é dos mais aceitáveis, embora encontremos Estados monárquicos na atualidade. Não mais aceitáveis, por serem eles atentatórios ao regime democrático, pois não há participação popular na escolha de seus governantes.

A república é adotada por quase todos os países do globo, tendo, no entanto, algumas variações. Um governo republicano pode ser presidencialista ou parlamentarista. Naquele, o Presidente exerce o cargo de Chefe de Governo e de Estado simultaneamente; neste, a Chefia de Estado pertence ao Presidente e a de Governo, ao Primeiro Ministro e seu gabinete.

Para a implantação de um republicanismo eficaz, é condição necessária uma participação consciente e responsável do povo na escolha de seus representantes. É preciso um amadurecimento cultural, social e político da coletividade, senão o processo terá sido em vão.

2 — ANTECEDENTES DA REPÚBLICA NO BRASIL

A implantação da república no Brasil não foi um processo rápido. Foram necessárias grandes lutas para a sua concretização. O ideal republicano foi sempre alentado por pessoas de visão crítica que entendiam ser o monopólio uma grande injustiça. Este tipo

de exploração, introduzido pelo reino português quando da colonização do Brasil, criava nos colonizados uma crescente revolta.

Muitos foram os movimentos libertários nacionais que tinham como uma de suas bandeiras a implantação de um governo republicano. O de maior repercussão, sem dúvida, a Inconfidência Mineira, liderada por Joaquim José da Silva Xavier, tinha na república o seu objetivo. Desencadeado pelos abusivos aumentos de impostos, altos preços de bens vindos da Metrópole, o restabelecimento das Companhias de Comércio monopolistas, entre outros motivos, o levante mineiro foi influenciado em grande parte pelas idéias iluministas, pela Independência Norte-Americana e a Revolução Francesa. O Iluminismo, tendo a razão como centro de todas as coisas e a sua utilização na busca de uma estrutura social mais simples e natural; a Independência dos Estados Unidos, mostrando que colônias poderiam se unir contra o domínio estrangeiro; e a Revolução Francesa, onde a burguesia recebeu o apoio popular na luta pelo fim do absolutismo, serviriam de motivação para a causa dos inconfidentes.

Outro movimento foi a Revolução Pernambucana de 1817. De cunho separatista, visava a um regime republicano. Também de Pernambuco soaram ecos libertários, concretizados na Confederação do Equador. Teve como causa a Constituição outorgada em 1824 pelo Imperador Pedro I, a qual introduzia o Estado Unitário e, em consequência, fortalecendo ainda mais o poder imperial. Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará formaram uma aliança com o objetivo de estabelecer uma república independente. Foi abafada pelas forças imperiais, sendo seus líderes julgados e alguns deles condenados à morte.

A Abolição da Escravatura foi outro ponto decisivo para a causa republicana. Logo após a separação do Brasil de Portugal, criou-se um sentimento de aversão ao escravismo. Seria um antagonismo preservar num país livre um regime de escravidão. Pressões se sucederam e, aos poucos, leis foram sendo sancionadas; a primeira delas foi a proibição do tráfico negreiro, vindo em seguida as leis dos Sexagenários, do Ventre Livre e, finalmente, a Áurea que abolia a servidão negra no Brasil. Isto foi o bastante para gerar uma insatisfação naqueles que se sentiram prejudicados com o fim da escravidão: senhores de engenho, cafeicultores, etc. A monarquia traçava o seu final.

Outros fatores também contribuíram sobremaneira para a concretização de um sonho alentado por muitas gerações; podemos citar a Guerra do Paraguai, os conflitos entre a Igreja Católica e o governo, entre este e os militares e a expansão cafeeira.

A República ao ser proclamada em 1889 não chegava inesperadamente. Pelo contrário. Veio como uma consequência natural

de lutas constantes pela implantação de um governo mais democrático e, também, do amadurecimento político da nação brasileira. Todavia, os primeiros anos do regime republicano foram marcados pelo autoritarismo, pois na verdade, o que ocorreu foi uma mudança superficial, se é que podemos chamar de mudança. A situação só veio melhorar algum tempo depois.

3 — ATUAÇÃO DA IMPRENSA REPUBLICANA

Sob a alegação de ser um fator de risco para a colonização e o monopólio, a imprensa foi reprimida e considerada atividade ilegal. Vivíamos sob um regime de exploração onde Portugal levava a cabo o pacto colonial, o qual possuía no monopólio sua principal fonte de renda. A Coroa, obviamente, não gostaria de se ver ameaçada, proibindo, portanto, a utilização de quaisquer meios que pudessem propagar idéias contrárias aos seus interesses.

É interessante notar que nos países colonizados pelos espanhóis não ocorreu o mesmo que no Brasil. Justamente por terem encontrado nestas nações culturas num estágio de desenvolvimento mais avançado. Em países como o México, logo se implantou uma Universidade e se viabilizou a imprensa. Era necessário introduzir a cultura hispânica nos países colonizados. Utilizaram, então, a imprensa como divulgadora de seus valores.

Apesar de proibida no Brasil, a arte da impressão era exercida clandestinamente. Prelos chegavam aos portos e daí seguiam para os seus destinos, onde eram utilizados na impressão de orações, folhetos em homenagem a algum político, etc. Havia no século XIX três prelos espalhados pela Colônia: um em Pernambuco, outro no Rio de Janeiro e ainda outro em Minas Gerais. Funcionavam sob os auspícios dos governadores das províncias que lhes facilitavam o funcionamento. Essas máquinas impressoras, logo que descobertas pela Coroa, eram enviadas a Portugal.

V veio a invasão napoleônica sob a Metrópole, em conseqüência de sua não adesão ao Bloqueio Continental contra a Inglaterra. Isto obrigou a saída de toda a Corte lusa em direção ao Brasil. Em aqui chegando, era preciso instalar uma gráfica que imprimissem documentos oficiais, o que fez Portugal abdicar de sua proibição da não existência da imprensa na Colônia. Foi aí que surgiu a Imprensa Régia e o nosso primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, embora não possuindo as características totalmente apresentadas por um verdadeiro periódico.

V veio a Independência e com ela a insatisfação de segmentos da sociedade com atitudes do imperador Pedro I. Os primeiros jornais a desempenharem importante papel como reivindicadores de

mudança no primeiro reinado foram o *Revérbero Constitucional Fluminense*, de Gonçalves Ledo e Januário Barbosa e o *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa. Estes periódicos eram visivelmente preocupados com o problema da falta de liberdade. Alertavam ainda para certos obstáculos que impediam uma verdadeira Independência, sugerindo soluções para os impasses nacionais. Mesmo assim, não eram eles defensores da república. Apesar disso, o *Revérbero* e o *Correio* não deixaram de dar a sua contribuição para a imprensa brasileira, visto que se mostraram bastante combativos, influenciando de certa forma os futuros jornais republicanos.

Foi o *Typhis Pernambucano*, no entanto, que lançou as bases para um jornalismo voltado à defesa dos ideais republicanos. Dirigido por Frei Caneca, foi o *Typhis* porta-voz de um movimento separatista, como já tivemos oportunidade de abordar anteriormente, ocorrido nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará: a Confederação do Equador. No Ceará, o órgão divulgador deste movimento foi o *Diário do Governo do Ceará*, pertencente ao Padre Mororó. Outro jornal de grande importância foi a *Sentinela*, de Cipriano Barata, que possuía uma particularidade interessante. O jornal recebia diferentes nomes que dependiam apenas dos locais onde Cipriano Barata estivesse. Somente a título de exemplificação, seguem alguns nomes: “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida”; “Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande”; “Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá Mandada Despoticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia Donde Generosamente Brada Alerta!”; entre outros.

Neste período, jornalistas franceses como M. Jourdan Ainé, J. F. Despas e Pierre Chapuis defendiam ideais republicanos em seus jornais, o que muito desagradava ao imperador. Pierre Chapuis chegou a ser expulso do país. Era a imprensa estrangeira que analisava o problema da falta de liberdade de expressão como uma visão mais crítica. Justamente, por não serem brasileiros, esses jornalistas tinham condições de enxergar tudo com mais clareza e isenção.

Veio, porém, a abdicação de Pedro I e, com ela, um período de conturbação nacional. Destacou-se nesse período o avanço liberal. Os jornais que mais se destacaram na defesa do liberalismo foram a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga (Rio de Janeiro); o *Universal*, de Bernardo de Vasconcelos (Ouro Preto); o *Pregoeiro Constitucional*, do Padre José Bento Leite Ferreira de Melo (Pouso Alegre); o *Observador Constitucional*, de Líbero Badaró (São Paulo); o *Constitucional*, em Recife; o *Baiano*, de Antônio Pereira Rebouças

(Salvador). Veio o período regencial, que permaneceria até a maioridade de Pedro de Alcântara. Segundo Basílio de Magalhães, se não tivesse havido o estabelecimento da Regência logo após a queda de Pedro I, o país "se fragmentaria, satisfazendo-se, assim, as aspirações federalistas extremadas, ou se implantaria nela uma república unitária prematura, ou, finalmente, se acurvaria ao jugo vilipendioso de um despotismo inagüentável." Isto vem mostrar que a nação brasileira àquela época estava em preparação a um regime republicano onde era necessária a implantação da Regência como forma de transição. Esta fase da vida política nacional foi uma verdadeira experimentação do regime republicano, quando as idéias liberais sofreram um de seus maiores progressos. E o desempenho da imprensa nesta fase demonstrou este avanço através de pasquins, que proliferaram abundantemente, vindo a se extinguirem quase que totalmente quando D. Pedro II assumiu o trono em 1840.

Em Minas Gerais, a imprensa republicana teve grande atuação, onde vários jornais circularam nas cidades de Ouro Preto, Diamantina, Campanha, Uberaba, São João del Rei e Sabará. Foi *O Apóstolo* o primeiro jornal republicano editado em Minas Gerais. Datado de 1850, o periódico circulava em Ouro Preto. Ainda nesta cidade, no início de 1889, editou-se o *Movimento*, de João Pinheiro da Silva. Diamantina possuía três jornais republicanos: *O Jequetinhonha*, que circulou de 1860 a 1873, de Joaquim Felício dos Santos; *A Idéia Nova*, de 1879 que tinha como redatores Francisco Sá, Josefino Pires, Araújo Santiago e Aurélio Pires; e *O Tambor*, de 1889. Em Campanha, foram o *Colombo*, *A Revolução* e *A Idéia* importantes divulgadores do ideário republicano. *O Tiradentes*, dirigido por Dario de Paiva, surgiu em 1881, em Uberaba. São João del-Rei ostentava dois jornais defensores da república, *A Pátria Mineira*, de Sebastião Sette e *A Locomotiva*, sendo o primeiro órgão de grande influência no Oeste mineiro. *O Contemporâneo* surgiu em 1889 em Sabará e tinha como fundador Artur Lobo.

A partir de 1870, a Campanha pela República tomou vulto de grandes proporções, culminando com o aparecimento de inúmeros jornais, tanto abolicionistas quanto republicanos. *A República* (órgão do Partido Republicano Brasileiro); *O Argos* (Amazonas); *O Futuro* (Pará); *o Seis de Março* e *A República Federativa* (Pernambuco); *Democracia* (Rio Grande do Sul) e o *Quinze de Outubro* (São Paulo), só para citar alguns, foram jornais que proliferaram nessa época. Na luta pelo abolicionismo e pela república, os estudantes tiveram grande participação, publicando periódicos os mais variados, como *A Crença*, *O Tribuna*, *A Coruja*, *O Rebate*, *Onze de Agosto*, *Nove de Setembro*, *A Luta*, *A Onda*, entre outros.

Veio a abolição dos escravos e com ela a desestruturação da monarquia, embora ela já estivesse enfraquecida com o avanço das

idéias republicanas. Daí, foi um passo para a proclamação de 15 de novembro que instaurava o regime republicano no Brasil. Mas houve muito o que fazer para a sua total consolidação. Porém, algo é certo: triunfou a causa dos democratas que tanto pelejaram por uma sociedade onde houvesse mais liberdade e justiça.

4 — CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi exposto, cabe, agora, tirarmos algumas conclusões:

1. A república no Brasil não foi um ato isolado no tempo e no espaço. Foi uma conquista que resultou de inúmeras lutas de pessoas insatisfeitas com as relações de poder existentes no país. Foi consequência de um processo histórico com suas origens no Iluminismo, passando pela Independência Norte-Americana, a Revolução Francesa, a Independência e a Abolição dos Escravos.
2. A imprensa teve papel de destaque na campanha republicana, atuando de maneira decisiva. Desde a sua introdução no Brasil, ela procurou, através de alguns dos seus segmentos, exercer uma influência benéfica na sociedade, defendendo ideais libertários e democráticos. Cumpria, assim, um de seus deveres para com a coletividade: manter-se ao lado da defesa dos direitos inalienáveis dos cidadãos.
3. A causa republicana foi um grande marco na história nacional, pois reavivou nos brasileiros o sentimento de liberdade e o anseio por uma sociedade democrática.
4. A imprensa não pode furtar-se às suas atribuições de órgão fiscalizador da coisa pública, pois é aí que consiste um de seus maiores deveres para com a sociedade.
5. A imprensa atuou como porta-voz da democracia ao defender o ideário republicano, porque só assim o povo teria acesso à escolha de seus governantes e, conseqüentemente, dirigiu os seus próprios destinos através daqueles a quem delegou poderes.

Enfim, não se pode pensar em república no Brasil sem inseri-la num contexto histórico, onde a imprensa teve papel de destaque. Não podemos também deixar de concluir com a célebre afirmação que traduz a mais pura verdade em relação ao Jornalismo: "a imprensa é o quarto poder".

5 — BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Luís. *Técnica de Jornal e Periódico*. 3.ª ed., Fortaleza, UFC, 1982.
- AVILA, Pe. Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, FENAME, p. 578, 1975.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. Rio de Janeiro, Globo, 1984.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. "Uma aula sobre o Papel da Imprensa". In: *Comunicação*, n.º 30, Rio de Janeiro, Bloch, [s.d.]
- MAGALHÃES, Basílio de. *Estudos de História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.
- MESQUITA, Vianney. "Para a História da Grande Imprensa no Ceará" In: *Revista de Comunicação Social*, UFC, p. 131-150, 1983/1984.
- PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. São Paulo, Ática, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3.ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- SILVA, Kátia M. de Carvalho. *O Diário da Bahia e o Século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, INL, 1979.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
- Almanaque Abril. São Paulo. Abril, 1984.